



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2364

1 Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter ordinário, às
2 dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto pavimento das
3 Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os seguintes Conselheiros
4 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Helena Cristina Borges**, titular da
5 Região de Planejamento Três e presidindo a reunião; **Silvio Belmonte**, titular da Universidade Federal
6 do Rio Grande do Sul; **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação Estadual de
7 Planejamento Metropolitano e Regional; **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de
8 Habitação; **Júlio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação; **Rosane Zottis**,
9 titular do Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente, e **Antonio Luiz Gomes Pinto**,
10 segundo suplente da Secretaria do Planejamento Municipal; **René de Souza**, primeiro suplente da
11 Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; **Gilmara Muller**, segunda suplente
12 da Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do
13 Meio Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação Brasileira dos Escritórios de
14 Arquitetura, **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos Advogados de Direito
15 Empresarial; **Analino Zorzi**, titular do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; **Nilson Lopes**
16 **Coelho**, titular do Instituto de Planejamento e Estudos Socioambientais; **José Luiz Domingues**, titular
17 da Ordem dos Advogados do Brasil; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores
18 de Imóveis; **Jorge Larré**, segundo suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da
19 Construção Civil de Porto Alegre; **Diogo Schiaffino** da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do
20 Sul; **Alan Cristian Tabile Furlan**, titular da Região de Planejamento Um; **Márcia Bica**, titular da
21 Região de Planejamento Dois; **Luiz Filipe Correia de Oliveira**, segundo suplente da Região de
22 Planejamento Quatro; **Lauro Rossler**, segundo suplente da Região de Planejamento Cinco, **Eduíno**
23 **Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Leonite Ana Gheno**, titular, e **Heverson Luis V. da**
24 **Cunha**, primeiro suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da Silva**, titular da Temática
25 Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental e **Ana Paula Tomasi**, secretária
26 executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** questionou se havia alguma retificação à ata e foram
27 sugeridas correções. Conselheiro **Heverson** solicitou que fosse corrigida a linha cinquenta e oito da
28 página um, no que tange o seu agradecimento à conselheira Rosane, este que se refere a atuação da
29 conselheira para a implantação da escola técnica na restinga, mas que não exatamente pela retirada
30 do terminal de ônibus. Conselheiro **Breno** solicitou que o termo “vetados”, constante na página quatro
31 e linha um, referente ao procedimento para a apreciação dos Termos de Referência no Conselho,
32 fosse substituído por “aprovados ou votados”, para que ficasse melhor entendido que a função do
33 Conselho não é a de vetá-los, mas sim apreciá-los e crescê-los de contribuições. Conselheira
34 **Elisabete** questionou os formatos de arquivos divergentes entre as atas que foram encaminhadas
35 com antecedência por e-mail e as atas distribuídas de forma impressa. A secretária executiva
36 esclareceu que o formato impresso foi modificado para que houvesse economia de folhas. A ata com
37 as retificações propostas foi colocada em votação e a mesma foi aprovada por quinze votos
38 favoráveis, nenhum voto contrário e três abstenções. **Presidente** deu início às **comunicações**.
39 Conselheiro **Heverson** disse que deve haver uma análise mais minuciosa para a aprovação dos
40 processos que chegam ao Conselho com Demanda Habitacional Prioritária – a dita DHP. Citou como
41 justificativa a isto o caso de um condomínio aprovado nesses moldes na Lomba do Pinheiro onde hoje
42 comporta mais quatro mil famílias que acabam não conseguindo ser atendidas pelos postos de saúde
43 da região. Disse que a aprovação junto ao CMDUA acaba ocorrendo sem que ocorra o devido
44 planejamento do atendimento de Saúde, e defendeu que o empreendedor não esteja livre de assumir
45 essa demanda. Além disso, conselheiro disse que no dia vinte e um próximo acontecerá a décima
46 sexta Caminhada pela Vida no Parque da Redenção, em prol da vida saudável sem o uso de drogas.
47 Conselheiro **Eduíno** pediu que constasse em ata o que já havia sugerido na última reunião, que o
48 remodelamento da sala de reuniões do CMDUA pudesse ser financiada por um empreendedor. Além
49 disso, disse que também desempenha a função de conselheiro junto ao Comitê de Gerenciamento
50 das Águas da Bacia do Guaíba, onde está havendo discussões sobre a poluição do Guaíba
51 envolvendo as religiões afro-descendentes, em função de sacrificarem animais na beira do rio. Disse
52 que este tipo de conduta tem se multiplicado de forma desregrada, e que a mesma se mostra
53 condenável tanto pela poluição das águas quanto pelos maus tratos com os animais. Disse que
54 apesar de a Câmara de Vereadores não se manifestar sobre o assunto - supostamente porque atinja



ATA N.º 2364

1 parte do seu eleitorado, o DMLU não tem vencido a tarefa de retirar os animais mortos do local e que
2 alguma atitude deve ser tomada. Conselheiro **Fernando** convidou a todos para participarem da
3 audiência pública que ocorrerá no sábado próximo, a partir das oito e trinta da manhã, na Câmara de
4 Vereadores, que tratará do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social. Conselheira **Leonite**
5 disse que quinze dias após o ano novo, em caminhada no trajeto da orla do Guaíba que se estenda da
6 Serraria até Ipanema, seu filho foi atacado por três cachorros. Disse que estes estavam na região
7 justamente por estarem comendo os restos de uma ovelha que havia sido usada nos rituais referidos
8 pelo conselheiro Eduíno. Disse que seu filho teve que ser socorrido por um vizinho e defendeu que
9 esse tipo de atividade religiosa possa acontecer, mas que deva se dar da mesma forma como ocorrem
10 nas outras religiões: em local apropriado para respeitar aos demais. Conselheiro **Jorge** disse que
11 existe no Parque Saint Hilaire um local próprio para esse tipo de atividade, o dito despachódromo,
12 mas que talvez pela distância acabe não sendo utilizado. Disse ainda que aconteceu um seminário de
13 segurança do trabalho na Escola Técnica da UFRGS, realizada por empresa particular. Conselheiro
14 agradeceu essa iniciativa, por considerar de suma importância e sugeriu que outras empresas
15 pudessem levar informação às pessoas, e que deveriam ser bastante divulgadas. Conselheiro **Alceu**,
16 sobre o combate às drogas, disse que lhe preocupa a falta de atitude daqueles que têm a
17 responsabilidade sobre esse assunto. Disse que o Conselho Tutelar tem apenas cinco conselheiros
18 para atender quatrocentas mil pessoas e que não tem a mínima estrutura necessária. Disse ainda que
19 o mesmo não pode interferir nos atos de violência que envolvem maiores de doze anos, mas apenas
20 as crianças. Disse considerar injusto que leis sejam criadas, mas que não exista suporte para coloca-
21 las em prática. Disse que o poder judiciário, que deve se posicionar, não o faz. Referente ao que foi
22 dito sobre as oferendas feitas na beira do rio Guaíba, conselheiro condenou essa prática, assim como
23 a sujeira e desrespeito que representam. Conselheiro ainda elogiou o trabalho realizado pela EPTC na
24 Avenida Baltazar de Oliveira Garcia. Conselheiro **Nilson**, sobre as religiões afro-descendentes, opinou
25 que a Prefeitura há muito tempo tem se privado dessa discussão, que considera necessária. Disse
26 que talvez agora fosse o momento ideal para se resolver essa questão, pela revisão do Plano Diretor e
27 possibilidade de qu sejam previstos locais próprios para esse tipo de atividade. Disse que em Porto
28 Alegre não faltariam lugares apropriados para tal. **Presidente** Helena agradeceu as assinaturas
29 fornecidas pelos conselheiros, coletadas no início da reunião, e informou que as mesmas servirão
30 para que possa ingressar junto à Câmara de Vereadores com projeto social que preveja atividades no
31 turno inverso ao da escola - para alunos de baixa renda e que sirva de combate às drogas.
32 **Presidente** ainda solicitou que os conselheiros conferissem, e se necessário atualizassem, seus
33 dados no cadastro de integrantes do Conselho, que circularia durante a reunião. **Presidente**, pela
34 presença dos responsáveis técnicos dos processos Quatro Ponto Seis e Quatro Ponto Sete da Pauta,
35 solicitou que fosse dada prioridade às suas apresentações a aos seus respectivos processos.
36 Conselheiros concordaram. Secretário **Márcio Bins Ely** compareceu à mesa, mas solicitou que a
37 conselheira Helena continuasse presidindo a reunião, em razão de que estava com ombro lesionado e
38 ficaria presente apenas na apreciação do projeto de cobertura para o Auditório Araújo Viana.
39 **Processo Quatro ponto Seis**, relator: ICOMOS; expediente número 002.319596.00.1; interessado:
40 SMAM / PMPA; assunto: EVU de Cobertura do Auditório Araújo Viana; local: número seiscentos e
41 oitenta e cinco da Avenida Osvaldo Aranha. Conselheiro **Zorzi** apresentou o processo em linhas
42 gerais e disse que o projeto situa-se em área de preservação. Arquiteto **Moacyr Moojen Marques**,
43 Responsável Técnico do projeto, que se fazia presente acompanhado do seu filho e Arquiteto **Sérgio**
44 **Marques**, deu detalhes. Explicou que a troca de cobertura se deve ao fato de a cobertura atual ter se
45 danificado com o passar do tempo, o que oferece risco e por isso deve ser substituída. Disse que a
46 nova cobertura está de acordo com o projeto original, que data de mais ou menos vinte ou trinta anos
47 atrás, e que se refere a uma cobertura permanente e não provisória. Para o novo projeto, disse que foi
48 aproveitada a estrutura metálica existente para o apoio, o que inclusive acarretou na diminuição dos
49 custos para a sua concretização. Disse que a cobertura proposta tem finalidade de melhoramento
50 acústico. Disse que o Ministério Público, procurado pelos moradores do entorno, acionou a Prefeitura
51 pelo excesso de som emitido nos espetáculos que ocorriam no auditório, que ultrapassavam os limites
52 impostos pela legislação. Disse que apesar de as laterais do auditório atualmente serem abertas -
53 pela intenção primeira de interação com o parque, elas serão fechadas - pela questão acústica e
54 diminuição da evasão do som para o meio externo. Nesse sentido, com o ambiente fechado, explicou



ATA N.º 2364

1 que foi necessário também se inserir no projeto um sistema de climatização. Disse que se teve o
2 cuidado, juntamente com o Secretário da Cultura, de que o processo tramitasse em todas as esferas
3 necessárias à adequada efetivação do projeto, e que agora ele chega ao CMDUA para a aprovação
4 final do EVU, mas que ainda se fará necessário tramitar por outros setores. Disse que se sente
5 honrado em fazer o projeto, fundamentalmente porque se sente muito ligado à história do auditório,
6 em função de ter participado dos primeiros estudos para a instituição do mesmo, na década de
7 sessenta. Colocou-se à disposição para qualquer questionamento. Conselheiro **Silvio** cumprimentou o
8 Responsável Técnico e pediu licença para informar que o projeto de cobertura não envolve nenhum
9 acréscimo de área ou edificação que avance sobre a área do parque, e solicitou essa confirmação.
10 Responsável Técnico **Moojen** confirmou que não haverá aumento na área existente, mas o que se
11 discute é que tenha que ser estendida a área que existe atrás do auditório, reservada à casa de
12 equipamentos, que supostamente necessite ser ampliada. Conselheiro **Lauro** cumprimentou com
13 satisfação os responsáveis. Disse que acredita que o projeto esteja em boas mãos e sente-se
14 satisfeito. Disse que conhece bem o auditório e que teve a oportunidade de assistir uma ópera em
15 suas dependências, ainda sem cobertura, o que foi de muito agrado, contudo um pouco frio. Disse que
16 espera que dessa vez a cobertura possa ser definitiva. Questionou sobre a questão das vagas para
17 estacionamento, mesmo sabendo que essa exigência não atingisse o projeto. Arquiteto **Moojen** disse
18 que é sabido que uma construção pode estar *conforme* com as exigências ou *disconforme*, esta última
19 situação que pode se dar por diversos motivos, dentre eles o fato de não existirem as exigência atuais
20 na época da efetivação – o que ocorre no caso do auditório. Disse que a legislação e
21 fundamentalmente as necessidades relacionadas a veículos da época eram outras, que não exigiam
22 as vagas. Contudo, disse que independente de fazer parte do presente projeto, foi alertado à
23 Prefeitura sobre a necessidade de maior número de vagas para estacionamento e dos problemas que
24 podem haver em função dessa demanda, como o que tange a segurança, por exemplo. Disse ainda
25 que foi elaborada uma alternativa considerada adequada para solucionar esse caso e que a mesma já
26 foi entregue para a Prefeitura. Conselheiro **Zorzi** disse que sobre essa questão consta no processo
27 manifestação da EPTC informando que existem ao longo das vias públicas do entorno mil vagas que
28 possibilitam o estacionamento próximo ao local e ainda que se aponta para a possibilidade de se
29 pensar em futuros estacionamentos subterrâneos. Conselheiro **Eduíno** disse que quando o auditório
30 foi construído, ele foi um dentre os estudantes manifestantes que se posicionaram contrários à
31 edificação sobre a área de parque e que por isso foi rechaçado pela brigada militar para o meio do
32 parque. Disse que é favorável à aprovação da cobertura, mas que não esqueceu esse dia, assim
33 como o fato de que o Parque Farroupilha um dia contava com oitenta e sete hectares de área e que
34 agora apenas o compõe trinta e sete hectares – o que opina ser importante que todos lembrem.
35 Conselheiro **Heverson** questionou como será resolvida a questão da dificuldade de se enxergar os
36 espetáculos em razão da coluna de metal existente, e que será mantida, exatamente no centro do
37 auditório. Além disso, questionou a fonte dos recursos para a obra. Conselheira **Cibeli** questionou se
38 já existe resposta sobre o nível poluente do material utilizado na cobertura. Conselheiro **Alceu** disse
39 que hoje é sabido das vantagens e da necessidade de se pensar em obras com melhor
40 aproveitamento dos recursos naturais, dentro da idéia da sustentabilidade. E que nesse sentido as
41 aberturas laterais permitiriam uma economia de energia, em contra-partida dos equipamentos de
42 climatização, que consomem mais. Condenou que o Ministério Público às vezes faça exigências que
43 dificultam essa possibilidade, inclusive porque considera que as residências estão bem distanciadas
44 do local. Arquiteto **Mooje** respondeu os questionamentos. Sobre o formato da cobertura, disse que na
45 primeira vez foi feito um estudo entre quatorze alternativas, e que aquele que foi escolhido, será
46 mantido. Disse que existe uma estrutura de aço radial, que será revestido com assoalho de madeira
47 compensada para o devido isolamento acústico, sendo na última camada haverá uma manta
48 produzida pela marca *Firestone*, que apresenta a vantagem de não ter emendas do o centro até as
49 laterais e que já vem de fábrica com a coloração branca. Disse que é um material resistente o
50 bastante. Além dessa camada, disse que haverá ainda outra, para que se forme um espaço entre as
51 duas que possa acomodar a tubulação contra incêndio, assim com o próprio acesso. Sobre a questão
52 do suporte central que impede a visibilidade, disse que a distribuição das três mil e cem cadeiras está
53 de tal forma que de todos os lugares será possível a adequada visualização. Sobre o material ser
54 poluente, disse que é um material derivado da borracha, e disse que pode sugerir à empresa
55 fabricante que encaminhe material explicativo de sua composição, pois não tinha os detalhes no



ATA N.º 2364

1 momento. Contudo, disse que sabe que o mesmo material tem sido utilizado em diversos grandes
2 empreendimentos e se mostrando adequado. Sobre a questão da economia de energia e
3 *naturabilidade* do projeto, **Moojen** disse que o Auditório Araújo Viana realmente foi pensado nesse
4 enfoque, e para que integrasse a natureza. Explicou que o local foi escolhido pelo estilo paisagístico e
5 por ser área do parque sem uso, destinado ao depósito de lixo. Disse que se planejou que ficasse
6 justamente no prolongamento do eixo do parque que faz a ligação entre o lago e a Avenida Osvaldo
7 Aranha, e que não se imaginou a cobertura na época justamente para que houvesse o contato com a
8 natureza – através da visualização do céu, e disse que foi também nessa concepção que se pensou
9 nas aberturas laterais, para a visualização do próprio parque. Complementou, contudo, que a
10 instalação do equipamento de climatização não exige que deva estar sempre ligado. Conselheiro
11 **Nilson** opinou sobre as vagas de estacionamento dizendo que a inexistência delas não incompatibiliza
12 que o auditório funcione bem no local. Nesse sentido, levantou uma questão para reflexão, que se
13 refere à análise de quantos lugares existem em Porto Alegre destinados àqueles que não têm
14 veículos. Questionou se não estaria havendo um pensamento de que aqueles que não têm carro não
15 tem cultura, pois, apesar de sempre se falar na necessidade de a população usar menos os seus
16 veículos em função do caos urbano em que vem se transformado as vias públicas, a cada projeto, a
17 primeira questão a ser levantada é a da necessidade de que se adequem aos veículos. Conselheiro
18 também disse que a ele preocupa ver a incapacidade que o poder público vem mostrando de manter
19 os seus espaços sem a necessidade da intervenção privada, que culmina nas privatizações.
20 Exemplificou esta situação com os casos dos pedágios, fundamentalmente no Rio Grande do Sul, que
21 se mostram os mais caros e os piores em nível nacional. Conselheiro disse que não se opõe ao
22 projeto de cobertura apresentado. Arquiteto **Moojen** se referiu ao que o conselheiro Heverson havia
23 questionado anteriormente, sobre a possibilidade de iluminação ou climatização a partir de placas
24 coletoras de energia solar. Disse que seria uma boa sugestão, mas que não seriam suficientes para
25 substituir o ar condicionado. Conselheiro **Eduíno** disse que a população iria aceitar muito bem a idéia
26 de características sustentáveis no projeto, em função de já estar sabido que são necessárias. Sobre o
27 questionamento referente aos custos do projeto, Arquiteto **Moojen** falou que essa questão não cabe
28 ao arquiteto interferir. Conselheiro **Zorzi** leu o parecer favorável à aprovação do EVU e o mesmo foi
29 colocado em votação. O EVU de cobertura do Auditório Araújo Viana foi aprovado por vinte e três
30 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Processo Quatro Ponto Sete**, relator:
31 IPES; expediente número: 002.273376.00.5; interessado: CK Engenharia Ltda; assunto: EVU de
32 Condomínio; local: número trinta e um da Rua General Rondon. Responsável Técnico do processo,
33 Engenheiro Civil **Celso** apresentou o projeto. Disse que o mesmo se situa em rua próxima à Rua
34 Copacabana, com fundos para o Rio Guaíba. Disse que o terreno em questão tem oficialmente
35 aproximadamente cinco mil metros quadrados, mas que estes foram limitados à apenas cinquenta por
36 cento, também em função da invasão da água do rio, que fez com que se perdesse aproximadamente
37 um mil metros quadrados. Deu detalhes. Disse que a ocupação do projeto finalizou em
38 aproximadamente um mil e setecentos e cinquenta metros quadrados, em função de limitadores, que
39 fundamentalmente se referem aos da SMAM, quanto à vegetação. Disse que estes limitantes
40 dificultaram bastante a elaboração do projeto, mas que todas foram respeitadas e as árvores foram
41 mantidas. Deu detalhes. Disse também que foi necessário se pensar na ventilação da área e que as
42 redes de esgoto e de água, assim como a pavimentação são todas novas. Disse que houve mínima
43 interferência na vegetação para a preservação do espaço. Disse que o projeto se finalizou com dois
44 mil e quinhentos metros quadrados aproximadamente de área construída, sendo inferior ao permitido,
45 que é de três mil metros quadrados. Conselheiro **Lauro** propôs que se refletisse sobre qual seria a
46 similaridade desse projeto com a emenda feita e sancionada pelo poder executivo para a área do
47 Estaleiro Só. Conselheiro **Eduíno** ratificou que hoje existe uma legislação que regula a distância das
48 edificações até o rio e questionou se a distância mínima e o acesso público estão sendo respeitados.
49 Engenheiro **Celso** disse que a distância sim, mas que o fim da rua ao lado, que deveria dar acesso à
50 área, atualmente é invadida, bloqueando essa passagem. Conselheiro **Eduíno** defendeu que a
51 ocupação da via não libera a exigência de não se deixar os trinta metros para uso do público, assim
52 como diz a legislação. Solicitou que o processo fosse encaminhado para diligência à SPM, por
53 considerar o projeto irregular. Conselheira **Elisabete** disse que o acesso deve ser garantido.
54 Conselheira **Rosane** disse que a exigência dos sessenta metros é específica para o projeto do



ATA N.º 2364

1 Esteleiro Só e que os trinta metros estão previstos no presente projeto. Engenheiro **Celso** disse que
2 foi respeitada a exigência de reserva da área na orla para o acesso público. Conselheiro **Zorzi**
3 questionou como se dará o acesso e qual é a distância mínima até o mesmo. Engenheiro **Celso**
4 ratificou que o mesmo se dará pela rua limdeira ao imóvel. Conselheira **Cibeli** questionou se a área é
5 privada. Engenheiro **Celso** respondeu que sim. Conselheira **Leonite** disse que entendeu que a
6 responsabilidade de que haja acesso à área reservada junto à orla é da Prefeitura, em função de ser
7 ela a responsável pela retirada dos moradores que bloqueiam o acesso por motivo de invasão.
8 Conselheira enfatizou a necessidade de se deixar registrada essa responsabilidade, haja vista que
9 este representa um problema sério de desrespeito à população, que hoje tem o acesso ao rio muito
10 limitado em razão de que a maioria das áreas junto a orla se tornaram privadas. Engenheiro **Celso**
11 disse que na próxima rua adiante do projeto existe portal de acesso ao rio. Conselheiro **Lauro** pediu
12 que no momento da votação lhe fosse dado poder de voto. **Presidente** questionou objetivamente se o
13 projeto estava livre ou não da exigência de manter os trinta metros da orla. Engenheiro **Celso** ratificou
14 que não estava livre dessa exigência. Conselheiro **Nilson**, relator do processo, disse que solicitou de
15 antemão que houvesse a presença do responsável técnico na reunião, tendo em vista que o projeto
16 envolve questões polêmicas pela edificação na orla. Disse que tinha dúvidas também sobre a questão
17 da reserva dos trinta metros junto à orla, mas que pode ser esclarecido. Conselheiro leu o seu parecer
18 favorável ao EVU de loteamento. Conselheiro **Eduíno** sugeriu que fosse acrescido ao parecer a
19 observação de que não haverá edificação nos trinta metros que se estendem a partir da orla do rio e
20 que esta área deverá ser de acesso público. O parecer foi colocado em votação e o mesmo foi
21 aprovado por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Conselheiro
22 **Lauro** disse que é favorável ao projeto e que o mesmo permite a visualização de uma situação
23 paradoxal existente na cidade. Disse que todos os projetos como esse, que respeitarem os trinta
24 metros de distância da orla, com plena acessibilidade à beira do Guaíba, terão sempre o seu apoio e
25 ratificou que se mostra contraditória a forma como se deu a aprovação e sancionamento da lei para o
26 projeto para o Pontal do Estaleiro - com a emenda de que seriam necessários sessenta metros de
27 distância ao invés dos trinta previstos. Pelo adiantado da hora, os demais processos constantes em
28 pauta foram adiados. **Processo Quatro Ponto Um**, relator: GP; processo número 002.071973.07.9;
29 interessado: SPM; assunto: Minuta de Lei para instituição do EIV. Adiado. **Processo Quatro Ponto**
30 **Dois**, relator: IPES; expediente número: 002.203920.00.6; interessado: Adelghi Ernesto Rasia;
31 assunto: Resolução Alteração Traçado Viário e Área Verde; local: número duzentos e quarenta e
32 outros da Rua Álvaro Veiga Andrade. Adiado. **Processo Quatro Ponto Três**, relator: AGADIE;
33 expediente número 001.027317.08.0; interessado: OP Partenon; assunto: Inclusão Gravame Traçado
34 Viário; local: Rua Central Vila São José Comunitária, Bairro São José. Adiado. **Processo Quatro**
35 **Ponto Quatro**, relator: SMAM; expediente número 002.318946.00.5; interessado: Melson Tumelero
36 S/A; assunto Resolução - Exclusão de Gravame de Área Verde; local: Quarteirão formado por:
37 Avenida Sertório, Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, Rua Ari Barroso e Rua Anita Grossi. Adiado.
38 **Processo Quatro Ponto Cinco**, relator SMOV; expediente número 002.265259.00.5; interessado:
39 Guaraci Veras Vidor; assunto: Termo de Referência; local: número quatro mil e quarenta e um da
40 Estrada das Quirinas. Adiado. **Processo Quatro Ponto Oito**, relator: OAB/RS; expediente número:
41 002.315626.00.5; interessado: DEMHAB; assunto: EVU de Regularização da Vila Conceição; local:
42 número setecentos e dois da Rua Humberto de Campos. Adiado. Às vinte horas e dez minutos foram
43 encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental pelo
44 Presidente. Eu, **Ana Paula Tomasi**, assino e lavro, juntamente com o Presidente, a presente ata.

45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Márcio Bins Ely

Helena Cristina Borges
Presidentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2364

1